

Representações sociais sobre um lugar de memória: o patrimônio cultural da Ilha da Rita em São Francisco do Sul/SC

Cibele Dalina Piva Ferrari¹

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes²

Resumo: A Ilha da Rita pertence ao município de São Francisco do Sul e está localizada na baía Babitonga, no litoral norte de Santa Catarina. Foi uma base naval de importância estratégica durante a Segunda Guerra Mundial. A presente comunicação objetiva apresentar os resultados obtidos por meio do registro da memória oral sobre a Ilha da Rita. Objetivou-se compreendê-la de forma ampla, considerando seus aspectos históricos, sociais, econômicos, geográficos, ambientais e, principalmente, sua relação com os indivíduos, como é representada e como poderá ser apropriada e ressignificada. Diante disso optou-se pelo estudo interdisciplinar do patrimônio cultural a partir da identificação e análise das representações sociais. Utilizou-se, para isso, a Teoria das Representações Sociais e a compreensão de que estas são importantes para discutir o patrimônio cultural na contemporaneidade. A pesquisa bibliográfica buscou aprofundar os conceitos de representações sociais, patrimônio cultural, memória, identidade, identificação e interdisciplinaridade. O registro da memória oral foi feito utilizando a metodologia da História Oral, e contou com a realização de dezoito entrevistas, e consulta ao acervo do Laboratório de História Oral da Univille. As entrevistas confirmaram a hipótese de que ela é considerada um patrimônio cultural, bem como apresentaram dados sobre a ocupação da região, memórias sobre sua utilização enquanto base naval e apontam caminhos para a discussão sobre a sua requalificação.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Representações Sociais, História Oral.

O estudo interdisciplinar do patrimônio cultural a partir da teoria das representações sociais

Um patrimônio cultural é constituído a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, permitindo o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008). A atribuição de valores e os processos de escolha dos bens a serem considerados como referências estão envolvidos em disputas sociais relacionadas à designação de um passado digno de ser lembrado e de uma identidade a ser preservada e difundida. Por meio do estudo desses bens e do contexto histórico-social em que estão inseridos, é possível compreender como se constituem enquanto

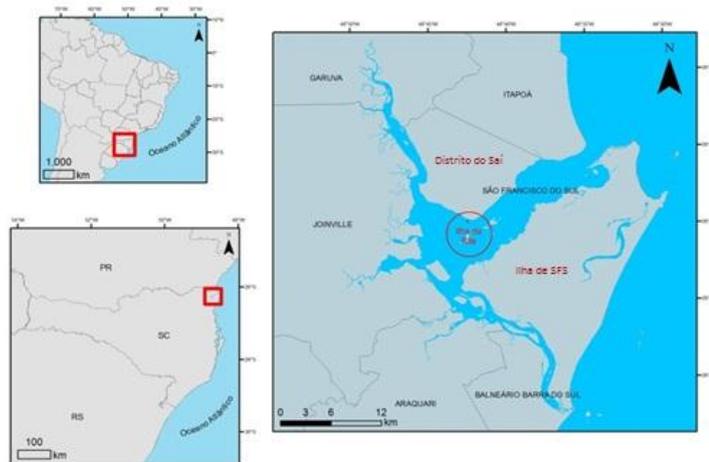
¹ Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville – Univille. O presente artigo está ligado ao Projeto de Pesquisa “Rita”, com financiamento da CAPES, do CNPq e da Univille. É ligado ao Grupo de Pesquisa “Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural”, coordenado pela Profa. Dra. Sandra P. L. de Camargo Guedes. E-mail: cibelpiva@gmail.com.

² Doutora em História, Universidade da Região de Joinville – Univille. E-mail: sandraplcguedes@gmail.com.

patrimônio cultural. Estudar a constituição do patrimônio cultural e a sua relação com a sociedade é um caminho para conhecer a própria sociedade (ABREU; CHAGAS, 2009). Para Candau (2011), o patrimônio é uma prática de memória, que segue seu movimento e acompanha a construção de identidades. O autor considera que está sendo vivenciada uma onda patrimonial que revela uma multiplicidade de memórias que se quer preservar, que fundamentam os processos identitários e de representações sociais (e por eles são influenciados). Essa multiplicidade de memórias e identidades é apontada como resultado da configuração atual da sociedade contemporânea.

O presente artigo objetiva discutir as representações sociais sobre a ilha da Rita, que se localiza em São Francisco do Sul, um dos seis municípios que compõem a baía Babitonga, no nordeste de Santa Catarina. Esse município é formado pela ilha de mesmo nome e pelo Distrito do Saí, separados pela baía Babitonga e mais 24 ilhas, dentre elas a Ilha da Rita, que fica a apenas 400 metros do continente, como pode ser observado na Figura 1. Durante a 2ª Guerra Mundial, a ilha foi utilizada como base naval, servindo de ponto de abastecimento de água potável, carvão e óleo aos navios. Considerando a Ilha da Rita como um patrimônio cultural, por meio da análise das representações sociais buscou-se levantar memórias e verificar como os entrevistados a compreendem, o que ela significa em seus cotidianos e as possibilidades de preservação da mesma.

Figura 1 – Localização do território do município de São Francisco do Sul e da baía Babitonga, em destaque a Ilha da Rita.



Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/UNIVILLE.

A pesquisa desenvolvida para a realização do presente artigo contou com revisão bibliográfica, contemplando leituras e análises de obras que tematizam a Teoria das

Representações Sociais; a historiografia de São Francisco do Sul e região; os conceitos de patrimônio cultural, memória, identidade e, também, sobre a metodologia da História Oral. Além da coleta de documentos escritos encontrados em diferentes arquivos³ foi consultado o acervo do Laboratório de História Oral da Univille – LHO, buscando as entrevistas referentes à Ilha da Rita feitas por outros pesquisadores e realizadas 18 novas entrevistas orais com gestores municipais, lideranças locais, fuzileiros navais que serviram à Marinha na Ilha da Rita e outros cidadãos francisquenses. As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada e seguiram um roteiro prévio e comum, sendo que os entrevistados foram escolhidos a partir da relação com o objeto de pesquisa, com o sistema educacional ou da cultura do município, e por meio do importante auxílio de uma rede de informantes entre a população local. Os gestores municipais foram entrevistados conforme disponibilidade e relação com a pesquisa. As entrevistas orais ajudaram a perceber as representações sociais sobre a Ilha da Rita, as ideias para reutilização do espaço, bem como as memórias sobre esse patrimônio cultural.

Salvadori (2008) afirma que o patrimônio serve como suporte da memória, capaz de produzir identidades determinadas a partir do modo como os indivíduos se apropriam da realidade histórica que os cerca e das relações sociais que ocorrem no espaço. Sandra Pellegrini concorda com a importância que o patrimônio e as memórias têm para a formação da identidade, afirmando que os bens culturais tomados como legados recebidos do passado, vivenciados no presente e transmitidos às gerações futuras, reúnem “referenciais identitários, memórias e histórias — suportes preciosos para a formação do cidadão” (PELEGRINI, 2009, p. 23). Para Françoise Choay, o patrimônio cultural expressa as identidades e as memórias de uma sociedade e contribui para mantê-las e preservá-las, daí a noção de que sejam referentes à nação, ao grupo e à comunidade, sendo o patrimônio a materialização do que deve ser transmitido às gerações futuras, expressão da história de um povo (CHOAY, 2006). Resultante de relações sociais, o patrimônio é sempre fruto de escolhas, de quem tem o poder de optar por qual é a memória e a identidade dignas de serem preservadas e difundidas. Diante disto, pode-se compreender o patrimônio cultural como resultado de escolhas das práticas culturais representadas na materialidade e na imaterialidade de uma sociedade que merecem ser preservadas e difundidas, sendo que essas escolhas são fruto de disputas e jogos de poder. Para estudá-lo, deve se levar em conta o que significa dentro do contexto em que está sendo analisado e como se constituem as lutas políticas e sociais em torno dele, que são produtos

³ Foram consultados arquivos de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

das representações sociais construídas em determinado momento e local a respeito do próprio patrimônio cultural.

Para uma melhor compreensão do patrimônio cultural, considerando suas dimensões histórica e social e também as relações estabelecidas pelos indivíduos, a prática interdisciplinar é a forma de estudo que possibilita uma visão mais completa. Acredita-se que a pesquisa do patrimônio cultural seja interdisciplinar por essência, pois está relacionada a aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, psicológicos, entre outros, e também à relação que os indivíduos constroem com ele, seja material ou imaterial. Defende-se, portanto, que seu estudo seja realizado dessa forma, buscando compreender os diversos aspectos relacionados à constituição e a seu reconhecimento pela sociedade. Investigar como um patrimônio cultural é composto, os conflitos de interesse que existem nessa formação e as implicações disso na vida cotidiana das pessoas é uma forma de compreender como a sociedade se organiza, como desenvolve a sua história e como constrói seu futuro.

O estudo das representações sociais é uma possibilidade interdisciplinar dentro das ciências sociais para o estudo das configurações da sociedade que, juntamente com a história, ajuda a compreender as motivações envolvidas nos processos de decisão que interferem nas ações dos indivíduos acerca do patrimônio cultural. A produção historiográfica sobre o tempo presente encontra, no estudo das representações sociais, uma forma de compreender a organização social na contemporaneidade. O estudo das representações sociais pode propiciar o levantamento e a análise da configuração do pensamento social contemporâneo e como ele é construído, pois as representações sociais são definidas como categorias de pensamento que buscam expressar a realidade, construindo explicações e justificativas, fomentando novos questionamentos. Essas percepções, enquanto material de estudo, são matéria-prima muito importante e também se transformam em ferramenta para ações pedagógicas e políticas de transformação, porque retratam e refratam a realidade, segundo determinado segmento da sociedade (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009).

As representações sociais estão relacionadas com a realidade social e histórica, e contribuem para a sua construção. O estudo da configuração social por meio delas revela a estrutura e os códigos da sociedade na qual os indivíduos estão inseridos. Possibilita também a análise de seu comportamento frente ao objeto de pesquisa, pois segundo Moscovici (2009), as representações são produtos, mas também são processos dentro do contexto das interações sociais. São produtos, pois possuem conteúdos, organizados em temas que incidem sobre a realidade; e são processos, pois se trata também de um movimento de apropriação dessa

realidade. As práticas culturais geram as representações que, por sua vez, geram tais práticas. Psicologicamente, as representações trabalham na adaptação, na inclusão no meio, familiarizando os objetos aos indivíduos, orientando as atividades sociais transformando-se em posturas frente a essa realidade. Socialmente, as representações são o conhecimento coletivo organizado. Rodríguez concorda com Moscovici e afirma, ainda, que as representações sociais têm como função convencionalizar os objetos descrever, classificar e explicar a realidade (MOSCOVICI, 2009). Dessas funções se desdobram outras relacionadas à comunicação e à orientação dos comportamentos; são justificadoras desses e também normatizam as relações intergrupais (RODRÍGUEZ, 2004). As representações não se referem somente ao conteúdo, mas também ao processo da atividade psíquica que implica na apreensão ou na criação da realidade, que atua como mediadora entre os processos perceptivos e cognitivos, os quais produzem um signo, uma imagem, uma representação.

Daí se dá a importância do estudo das representações sociais, pois permite explicar o que une os indivíduos, um grupo, uma sociedade e os faz agir conjuntamente. Com “o objetivo de permanecerem unidas, as pessoas criam instituições e seguem um conjunto de regras, que demandam um sistema de crenças e de representações compartilhadas próprias de suas culturas” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 117). Identificar e perceber quais são os aspectos de união e convergência de uma sociedade em torno do patrimônio e a história nele representada possibilita que o poder público desenvolva atividades relacionadas com o patrimônio cultural e voltadas aos interesses da sociedade. Isso porque “o estudo das representações sociais é mais do que a listagem de sentidos verbalizados sobre objetos, e sim uma tentativa de abarcar o marco do jogo representacional e sua complexidade em esferas públicas” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 169). A análise da realidade e de seu jogo representacional não se dá apenas para que este conhecimento seja listado e compreendido em suas mais variadas esferas, mas também para que ele possa transformá-las.

As representações sociais fazem parte da imaterialidade do patrimônio cultural, são construções simbólicas e estão relacionadas com as práticas sociais dos indivíduos, são a força de uma sociedade que se comunica e se transforma. Elas refletem a realidade de acordo com tal contexto e são desenvolvidas com o fim de formar e orientar os comportamentos, dominar o ambiente e se comunicar socialmente. Fazendo, então, parte das caracterizações dos grupos, das comunidades e das culturas em períodos históricos determinados. A produção científica sobre o patrimônio cultural perpassa necessariamente a prática interdisciplinar para obter uma melhor compreensão e poder influenciar no cotidiano da sociedade.

Memórias e representações sociais sobre um lugar de memória

Dentre todas as ilhas do arquipélago da baía Babitonga, suas memórias e lendas, destaca-se a Ilha da Rita (Figura 2), que fica localizada a cerca de 400 metros do Distrito do Saí, porção continental do município de São Francisco do Sul. O primeiro nome dessa ilha que se tem conhecimento é Ilha Vicente Pinto, que, segundo relatos (S. THIAGO, 2012; OZÓRIO, 2012), se referia a um antigo proprietário. De acordo com os depoimentos orais, o nome Ilha da Rita também se deve à propriedade da ilha, contudo não se sabe exatamente quando ela foi habitada pela Rita. Este também é o nome dado à personagem de uma das lendas que envolvem o local: a de que uma moça desce as escadarias de vestido branco esvoaçante⁴, sumindo enquanto passava pelo trapiche, assustando os guardas em sentinela (THIAGO, COELHO, 2001).

Figura 2 – Foto aérea da Ilha da Rita.



Fonte: Acervo do Centro Memorial da Univille, 2000.

Na Ilha da Rita encontra-se atualmente um conjunto de bens arquitetônicos que, embora em mau estado de conservação, representa sua utilização como base naval. Além da residência principal em alvenaria com dois pavimentos, que servia ao oficial que detinha o posto de comando na Ilha (Figura 3), existem, ainda na parte superior do local, os tanques para abastecimento de água (cujas tubulações em partes ainda estão na Ilha) e de óleo. Na parte inferior estão o depósito de carvão mineral, com capacidade para cerca de 3.000 toneladas, e a

⁴ Existem várias lendas, na região, que envolvem o fantasma de uma mulher de branco que, em cada situação, recebe um nome ou um motivo diferente (SILVA, 2004).

residência coletiva dos marinheiros que poderia abrigar aproximadamente 30 pessoas (Figura 4).

Figura 5 – Residência principal do posto de comando da base naval, hoje habitada pela família de um caseiro.



Fonte: Da Autora, 2011.

Figura 8 – Alojamento dos marinheiros.



Fonte: Da Autora, 2011.

Na parte baixa, próxima ao alojamento, está o trapiche da base em forma de T, com cerca de 50 metros lineares. O trapiche original havia caído e no ano de 2011 passou por uma reforma⁵. Junto ao trapiche existe um pórtico construído em estilo art-decô, com o nome da base e os anos relativos à sua construção — 1937 a 1939. O trapiche dá acesso à escadaria que liga as partes superior e inferior da base naval.

A relação dessa ilha com a história naval do Brasil inicia em 1918, quando a Marinha Brasileira adquiriu os direitos sobre a Ilha de Francisco José Dias de Almeida, e também uma

⁵ A iniciativa da reforma foi da Univille, e foi realizada com recursos do governo estadual.

fazenda no Distrito do Saí, em frente à ilha (THIAGO; COELHO, 2001). Na fazenda havia uma nascente, da qual posteriormente a água era conduzida através de tubos submersos até a Ilha e depositada em reservatórios especialmente construídos para o abastecimento de navios. Antes da construção da base naval, esses eram abastecidos com água coletada na propriedade e transportada em barcas. Prospecções arqueológicas recentemente realizadas⁶ evidenciaram remanescentes do fundamento de seis casas de madeira destinadas aos oficiais casados e que foram mencionadas nos depoimentos orais, e de boa parte dos canos de cobre e do seu apoio em alvenaria que abasteciam a Ilha e os navios de água potável que vinha do continente.

A causa apontada para a compra da Ilha era a proteção da costa brasileira, tendo em vista que o fim da Primeira Guerra Mundial deixou a sensação de que os problemas estavam longe de serem resolvidos (THIAGO; COELHO, 2001). Com a iminência de outro conflito mundial, na década de 1930 outros locais em Santa Catarina estavam sendo estudados para a construção de uma base naval para abastecimento e proteção da costa, como a Ponta dos Ganchos, em Governador Celso Ramos (OLIVEIRA, 2013). Esses dois locais são apontados por relatos orais como sendo os únicos possíveis para a implantação de uma base protegida por uma baía no estado, sendo que muitos creditam a escolha da baía Babitonga em função da profundidade do canal (THIAGO, COELHO, 2001). No entanto, faz-se necessário frisar também que, conforme destacado por Roberta Nabuco de Oliveira (2013), a construção da base naval no local também ia ao encontro das preocupações do Exército Brasileiro com a região que contava com uma grande população de imigrantes alemães, causando apreensão ao governo de Vargas (OLIVEIRA, 2013).

A construção da casa do oficial comandante com água encanada — de acordo com Silva (2012) um luxo para a época —, as dependências da guarnição com uma pequena oficina e alojamento para 30 praças com cozinha e o tamanho dos tanques e do depósito de carvão são destacados por Coelho e S.Thiago como “indícios para a disposição da Marinha em montar um aparato militar na Ilha da Rita em decorrência das circunstâncias da Segunda Guerra Mundial” (S.THAGO; COELHO, 2001, p. 52). Apesar da profundidade da baía Babitonga, ainda foi necessário aprofundar o canal natural ao redor da Ilha da Rita, o que reforça a hipótese levantada por Nabuco (2013), de que a escolha do local para abrigar a base naval não se deu apenas por suas condições geográficas, já que existiam locais mais favoráveis, neste ponto de vista, no Estado.

⁶ As prospecções arqueológicas na Ilha da Rita e no Distrito do Saí foram coordenadas pela arqueóloga Dione Bandeira auxiliada por pesquisadores do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural.

A inauguração, ocorrida em 9 de março de 1940, com a presença do então Presidente da República Getúlio Vargas, que cortou a faixa no pórtico (como é possível verificar na figura 18), mexeu com a cidade e também com a região. Denominado popularmente como “pai dos pobres” e “protetor dos trabalhadores”, Getúlio Vargas tinha a simpatia de grande parte da população, e a exaltação que os jornais conferiram a essa visita ainda ecoam nas memórias e nas representações sobre a Ilha da Rita e sobre o município. No Centro Histórico existem as ruínas do hotel onde o presidente ficou hospedado e essas informações são referenciadas aos turistas que passeiam pelo centro da cidade com um trem turístico.

Figura 18 – Inauguração da Base de Abastecimento Naval de São Francisco do Sul, na Ilha da Rita.



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.

A Ilha da Rita atingiu seu auge de utilização durante a Segunda Guerra Mundial e funcionou entre as décadas de 1940 e 1960. Fuzileiros de diversas partes do Brasil serviram ali neste período, contribuindo com intercâmbio cultural na região entre os habitantes da Ilha, do Distrito do Saí e de São Francisco do Sul (THIAGO; COELHO, 2001). Alguns deles se casaram com moças da cidade, fixando residência, e algumas festas de casamento foram realizadas na própria Ilha da Rita. O convívio era estreito tanto com o Distrito do Saí, que era mais próximo, como com a sede do município. Os solteiros passavam seus dias de folga entre a cidade e o Distrito, participavam de bailes, de conversas nas ruas e se integravam à ordem local. Dona Nilce de Almeida, esposa do fuzileiro Vicente Nunes de Almeida (2012), que serviu na base da Ilha da Rita, conta que apesar das moças se sentirem atraídas pelas fardas, eles tinham má fama, e ela teve que enfrentar a família para casar. Conforme a proximidade com os fuzileiros, os moradores podiam frequentar a Ilha, fazer piqueniques e tomar banho na piscina construída ao redor dos tanques de óleo e que servia para proteção em caso de incêndio (THIAGO, COELHO, 2001).

Sr. Elias B. Correia (2000)⁷ relata que os fuzileiros tinham um conjunto de músicos para animar os casamentos — e também participar dos bailes do Distrito e da Ilha de São Francisco do Sul. O fuzileiro que serviu na base da Ilha da Rita, Sr. Odir Leite (2012), conta que como não havia televisão, passavam o tempo jogando dominó, bingo, batalha naval e cantando. Diz, ainda, que eram realizadas festas juninas na Ilha da Rita. Tanto o Sr. Odir Leite como o Sr. Vicente Nunes de Almeida (2012) lembram, com orgulho, de como deixavam o lugar bem roçado, organizado, bonito, e que as mulheres dos fuzileiros cultivavam plantas, hortaliças, frutas e verduras na Ilha. A relação destes dois fuzileiros com a cidade se aprofundou. Alguns de seus colegas deixaram apenas frutos de amores descompromissados, mas eles estabeleceram raízes e família, integrando-se a esse espaço e até trocando de profissão para não precisar mais mudar de cidade. Este é o caso do Sr. Vicente Nunes de Almeida (2012) que, para permanecer na cidade onde havia casado e constituído família, prestou concurso e ainda trabalha como conferente no Porto de São Francisco do Sul. As memórias dos fuzileiros levantadas por meio das entrevistas orais realizadas sobre a Ilha da Rita para esta pesquisa demonstraram como os acontecimentos do passado são ressignificados aos olhos do presente. As dificuldades passadas na manutenção do local, a solidão e o medo das assombrações, por exemplo, passaram a ser pequenos detalhes recordados com carinho.

Como a Ilha foi perdendo sua função como base naval com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1968 a Marinha resolveu desativá-la e devolvê-la à União. Sr. Odir Leite (2012), o último fuzileiro a servir na Ilha, lembra com pesar de quando recebeu a notícia vinda do Rio de Janeiro de que a base seria desativada, pois gostava muito de trabalhar ali. Nessa ocasião, contam os relatos orais, quase todo o combustível foi retirado, sendo necessário arrebentar a piscina que havia ao redor. As seis casas de madeira dos oficiais casados foram desmontadas, bem como o telhado da residência coletiva foi retirado pela Marinha. O Sr. Paulo César Rocha (2000), filho do funcionário do Porto que cuidava da Ilha da Rita e que assumiu essa função após seu pai, afirmou que a Marinha levou o máximo possível quando abandonou o local, inclusive o suporte para bandeiras feito de bronze.

A Ilha da Rita passou então à responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul, que continuou utilizando-a como posto de abastecimento de navios. O Porto deveria responsabilizar-se pela administração e pela realização de benfeitorias no local. Também foi

⁷ As entrevistas consultadas no acervo do Laboratório de História Oral da Univille foram realizadas pelas professoras Ilanil Coelho e Raquel S.Thiago, que fizeram diversas entrevistas abordando os mais variados aspectos da ocupação história do Distrito do Saí e da Ilha da Rita, bem como lendas, aspectos culturais e

utilizada como ponto de lazer, sendo a casa principal alterada para melhor atender aos grupos de funcionários do Porto que ali gostavam de pescar. Contudo, todo o conjunto construído sofria com a ação direta da natureza, principalmente com a maresia, e a população “que tinha aquele espaço como uma referência majestosa da localidade, via seu patrimônio ser perdido pelo tempo” (BOHN, 2010, p. 42).

A modernização do Porto e dos navios fez com que sua função principal, o abastecimento, fosse perdida. Com a intenção do Porto em devolver a Ilha da Rita à União e a manifestação de interesse por parte da Univille, em 1996, é que uma nova função foi se desenhando (THIAGO; COELHO, 2001). Com uma proposta interdisciplinar elaborada por diversos professores da universidade, a Univille recebeu a cessão da Ilha da Rita por 99 anos (THIAGO; COELHO, 2001). Desde 1999 a Ilha da Rita está cedida pela Marinha para a Universidade da Região de Joinville – Univille, que vem realizando diversos estudos no local.

Os dados levantados demonstraram que as representações sociais identificadas referem-se à importância histórica da Ilha da Rita como base naval, bem como as atividades de lazer realizadas em contato com a natureza. Essas memórias fundamentam a identificação local com este patrimônio e são repassadas entre conhecidos e familiares. Além disso, percebeu-se o desejo dos entrevistados de que seja preservado o patrimônio cultural da Ilha da Rita para preservar as memórias ali representadas. É a idealização desse patrimônio como um lugar de memória, é a materialização da memória em um lugar, uma história que este espaço representa (NORA, 1993). O anseio de oficializar aquele local em um lugar de memória prenuncia a intenção de bloquear o esquecimento, de acordo com o que Nora (1993) afirma ser a intenção da criação desses lugares, servindo como referencial de memória e identidade. Notou-se, nas entrevistas, que os mais velhos que contavam sobre essas memórias estão morrendo, e a requalificação da Ilha seria uma possibilidade de registrá-las e contá-las a partir dos remanescentes materiais, tendo em vista que a história ali representada é motivo de grande orgulho para essa população — motivos como ter feito parte da Segunda Guerra e terem sido visitados pelo presidente da República exemplificam esse sentimento, além do destaque ao patrimônio natural da região do qual a Ilha da Rita faz parte.

Defende-se que os projetos relacionados ao futuro da Ilha da Rita devam ser discutidos a partir do conceito de lugar de memória, tendo em vista que os resultados da pesquisa apontaram para a vontade dessa sociedade de que a história ali ocorrida seja preservada e

econômicos. Essa pesquisa foi feita para a construção de um relato histórico sobre a Ilha da Rita quando ela foi cedida para a Univille.

difundida. Contudo, deve-se perceber a Ilha da Rita em relação à contemporaneidade e não cair nem na intenção de uma retórica holística, nem num saudosismo da história ali representada, mas sim perceber a relevância desse espaço na configuração atual da cidade e como os indivíduos podem e querem se apropriar dela no presente e a partir do mesmo.

O patrimônio cultural está intimamente ligado à qualidade de vida, às condições dignas para que a constituição de um indivíduo como cidadão ocorra. O acesso à memória possibilita que ele forje sua identidade. A identidade local ainda exerce grande influência nos processos relacionados à constituição do cidadão. É no local em que se vive que se atua mais diretamente, é a partir dos laços estabelecidos com este local que se sente parte dele. O acesso ao patrimônio cultural e à memória ali representada, seja ela relacionada à materialidade ou às práticas, tradições e especificidades de uma comunidade, tecem no indivíduo a noção de cidadão participante deste espaço.

Referências

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALMEIDA, Angela M.O.; SANTOS, Maria de Fátima S.; TRINDADE, Zeidi Araújo. (Org). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitck/Centro Moscovici, 2011.
- BOHN, Letícia Ribas Diefenthaler. **Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita: refletindo sobre identidades e herança cultural**. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.
- CANDAU, Joël. Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas. In: _____ **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Roberta Nabuco de. **O Patrimônio Cultural da Base Naval da Ilha da Rita: Defesa, Segurança Nacional e o Perigo Alemão na Primeira Metade do Século XX**. 2013.

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

PELLEGRINI, Sandra. C. A. **Patrimônio cultural:** consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RODRÍGUEZ, Eulogio Romero. (Org). **Representaciones sociales:** atisbos, cabilaciones del devenir de cuatro décadas. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

SALVADORI, Maria Angela B. **História, ensino e patrimônio.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

SILVA, Angela Cristina. **Histórias e lendas de São Francisco do Sul.** São Francisco do Sul: Letradágua, 2004.

SILVA, Roberta Cristina. **Relatório Final do Projeto Rita.** Financiamento CNPq, 2012. (mimeo)

THIAGO, Raquel S.; COELHO, Ilanil. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista Univille**, Joinville (SC), v.6, n.2, p. 49-62, 2001.

Entrevistas Orais

ALMEIDA, V.N. **Vicente Nunes de Almeida:** depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

CORREIA, E. B. **Elias Barros Correia:** depoimento [fevereiro 2000] Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S.Thiago. São Francisco do Sul, 2000. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto Baía Babitonga.

LEITE, O. **Odir Leite:** depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

OZÓRIO, L. A. **Luiz Augusto Ozório:** depoimento [março 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

ROCHA, P. C. **Paulo César Rocha:** depoimento [fevereiro 2000] Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S.Thiago. São Francisco do Sul, 2000. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto Baía Babitonga.

S. THIAGO, A. **Arnaldo S.Thiago:** depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.